FILANTROPIA E MERCANTILIZAÇÃO NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Bruno Venancio
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7122-2733
Endereço eletrônico: brunovenanciob@gmail.com

Jéssica Gomes das Mercês
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1030-0851
Endereço eletrônico: jessica.costa@uesb.edu.br

Sandra Escovedo Selles
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7921-0478
Endereço eletrônico: escovedoselles@gmail.com

Palavras-chave: formação docente; Neoliberalismo; Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata dos efeitos que políticas neoliberais provocam sobre instâncias formativas, que se tornam alvo de muitas delas, em particular, os cursos de formação docente em universidades públicas. No caso brasileiro, trata-se de um conjunto de políticas curriculares cujas primeiras elaborações se deram na retomada da democratização, após os anos ditatoriais. Esse período coincide com mudanças políticas mundializadas que puseram fim, em muitos países, às orientações das economias de bem-estar social das nações europeias após a segunda guerra mundial. A chamada redução do estado mínimo impactou diversos setores da economia nacional, mas a cultura empresarial afetou profundamente a educação (Laval, 2019).

Desde os anos 1990, exigências de performatividade e slogans de transparência passaram a circular na comunidade educacional brasileira que, gradativamente, foi incorporando não apenas o léxico que essas exigências introduziam, como também as culturas de resultados, avaliações e metas a serem atendidas como sinônimo do bom emprego dos gastos públicos. Neste artigo, argumentamos que os efeitos de sentido produzidos foram

acatados e naturalizados por formadores de professores, particularmente em universidades públicas, inadvertidos da complexa teia econômica que sustenta ideologicamente as reformas educacionais. Mais recentemente, as que orbitam em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para legislar não somente sobre a escola, mas também a universidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A licenciatura sob lentes empresariais

> Eu fiz uma formação, recentemente do PED [Programa de Especialização Docente], eu fiz uma formação do PED. O PED é, a **gente sabe por que é um financiamento alimentada lá do camarada mais rico do Brasil** [Jorge Paulo Lemann] e tem aquela questão, tal, tal, tal, tal, vamos, vamos, vamos pensar um pouco nessa questão. O **investimento para educação perpassa pelo privado também. Eu estou numa instituição pública, eu preciso dialogar com o privado**. 'E os documentos que estão aí é porque a BNCC foi imposta goela abaixo'. Espera aí. **Eu participei de audiências, eu fui convidada. Se você não foi, professor, porque você não teve interesse**. É claro que todo documento, ele não é aquele documento que vai dizer assim, ó profissional, ela vai fazer isso, isso, isso, isso, **ele te dá o Norte**. A **universidade que forma professores precisa, sim, trabalhar a BNCC, trazer para a sala de aula a discussão, ver os elementos constitutivos do processo de ensino aprendizagem.** [Precisa] associar a questão, verificar a questão dos objetivos, esse objetivo, que [qual] competência [correspondente]. 'Ah, mas é competência'. Eu só vejo isso: **'Competência, habilidade são termos do trabalho'. Gente, nós formamos pessoas para quê? A gente tem uma profissão, trabalho**. Eu vejo muitos colegas que realmente criticam de uma forma, **às vezes essas críticas, elas têm um viés muito ideológico. Muito ideológico.** É, é, a gente precisa separar o joio do trigo, né? Porque [o que] a **gente precisa no documento é identificar essas teorias. Não é analisar o contexto político** (Docente Maria. Grifos nossos).

Numa pesquisa mais ampla que examina cursos de licenciatura em Ciências[1], essa fala é transcrita de uma entrevista realizada com coordenadores desses cursos. Neste recorte, Maria expressa seu entendimento sobre as relações entre políticas curriculares orbitadas pela BNCC que correlacionam público e privado. O PED Brasil (Programa de Especialização Docente[2]) a que Maria se refere é um programa que recebe financiamento privado para formação docente em serviço. O PED Brasil trata-se de um curso de pós-graduação *lato-sensu* voltado para o ensino de Matemática ou Ciências Naturais – STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*), financiado pelo *Lemann Center for Educational Entrepreneurship and Innovation in Brazil* junto com o Instituto Canoa[3] – uma organização sem fins lucrativos, nas bases do que Talau e Mouller (2020) denominam "organizações filantrópicas".

[1] Pesquisa de doutorado que investigou Licenciaturas em Ciências Naturais/da Natureza (LCN) no Brasil entre 2010-2024.
[2] https://pedbr.org/
[3] https://institutocanoa.org/ped-brasil/

A docente tem ciência de que o PED "é financiada pelo camarada mais rico do Brasil"[4], que atua em parceria com IES públicas e privadas, como universidades federais, estaduais e institutos federais, além de contar com financiamento de instituições e empresas vinculadas ao campo educacional, agindo dentro de estruturas normativas brasileiras, como o MEC e as secretarias municipais e estaduais. Os modos pelos quais Maria se refere a essas relações constitui um indicativo do alcance desse tipo de iniciativa em nosso país e da naturalização de uma cultura que se entranha nas práticas formativas brasileiras. Interessa-nos problematizar interesses e tensionamentos provocados por iniciativas privadas no campo da formação docente.

Para o exame dessas tensões, faz-se pertinente destacar o papel que os agentes "filantrópicos" desempenham no contexto das políticas educacionais, em especial com a elaboração e homologação do Plano Nacional de Educação de 2014 e da BNCC, nos quais grupos ligados principalmente à Fundação Lemann atuaram fortemente em delineamentos curriculares e políticos no Brasil. Tarlau e Moeller (2020, p. 554) apresentam fundamentos sobre a ideia de "consenso de filantropia" como grupos e fundações ligados a grupos empresariais agem de forma a permear o campo das políticas educacionais, utilizando o argumento de uma atuação isenta por meio de consultores técnicos. A BNCC foi sustentada pelo ideário e ações de grandes corporações e investimento privado, que, segundo as autoras, agiram/agem não exclusivamente pensando em aumento de lucros[5]. Além dos lucros alcançados indiretamente pelas prestações de serviço, essa "filantropia" age movida por relações de poder sobre as instâncias estatais a fim de modelar a educação por um modo mercadológico e corporativo. Não se pode realizar uma análise/leitura desinteressada sobre o fato de que o "camarada mais rico do Brasil" tenha oferecido uma formação em nível de pós-graduação aos docentes de todo o país, simplesmente sob a justificativa de "melhorar a qualidade da educação" (sic).

[4] Há divergências sobre Lemann ser colocado no topo, mas sem dúvida, o empresário, envolvido no escândalo das Lojas Americanas, figura entre os mais ricos. https://veja.abril.com.br/economia/os-bilionarios-do-brasil-quem-ganhou-quem-perdeu-e-quem-despontou-em-2025/?gad_source=1&gad_campaignid=23299927380&gbraid=0AAAAAD-zDtbOC9NSGk65Vxe5SOJG7cHxo&gclid=Cj0KCQjwjIPSBhCCARIsABGyK7szIoFRWnCG0gaHLDuXLvnErJqW7qwpVYKb3Vsf0YKVKDDjOkhVjhQaAksSEALw_wcB

[5] Ainda que as autoras explicitem a ação da Fundação Lemann como um órgão de consultoria e sem esse viés do lucro, não podemos deixar de considerar toda a rede de empresas e editoras que vendem cursos, planos de aula e formações para Estados e Municípios para se "alinharem" à BNCC. Um exemplo nítido é a existência de pós-graduação *latu sensu* em Projeto de Vida, disciplina obrigatória no Novo Ensino Médio. A formação à distância, ofertada por instituições privadas, traz de forma escancarada a rede mobilizada por atores privados no cenário educacional. Por exemplo: https://www.unifasecrs.com.br/pg-projeto-de-vida-ead

Há de se refletir junto a Laval (2019) que as intenções marcadas por essas fundações exercem forte influência em muitas dimensões educacionais. Tarlau e Moeller (2020, p. 558) entendem que essa influência "configura padrões nacionais de aprendizagem" nas articulações entre a BNCC e a formação de professores no Brasil (tanto na BNC- Formação quanto na que a substituiu) –, o que padroniza e coloca a educação a serviço de interesses mercantis. Cabe também destacar a referência feita ao "investimento privado" que "perpassa" a educação. A fala de Maria parece reconhecer, de certa forma naturalizada, que empresas privadas atuem no setor público, particularmente nas universidades e institutos federais e nelas exerçam o papel formativo da docência. Nessas bases, as menções que Maria faz ao ensino, ou melhor, ao currículo por "competências e habilidades" exibem a relação inequívoca com o "mercado", reforçando a aceitação descontextualizada de que a universidade e, consequentemente, os cursos de formação docente estão formando profissionais para o mercado de trabalho.

Essa afirmação não deixa de ter coerência, mas confunde o sentido de "mercado de trabalho" como campo profissional dos egressos da licenciatura com "mercado" como um sistema social – e globalizado – de empregabilidade no contexto da contemporaneidade neoliberal. Em nossa leitura, a análise tecida por Laval (2019) nos ajuda compreender as nuances que estão envolvidas nesse complexo processo. Concordamos com o autor quando evidencia que as competências e habilidades tomam um lugar de destaque em políticas curriculares recentes e reduzem o conhecimento ao viés aplicacionista.

A fala da docente parece trazer um certo tom de isenção – ou desacordo – com respeito à crítica que vem sendo tecida à BNCC em muitos estudos educacionais. Isto é, não seria possível criticar a BNCC, uma vez que houve "audiências" para debater sua produção e, portanto, tendo sido construída em um consenso, supostamente democrático, por parte da comunidade educacional em favor dessa normativa. Maria parece sugerir que não houve imposição, haja vista que, como afirma, os professores não participaram por "falta de interesse". Contudo, Rodrigues et al., (2020, p. 30) nos alertam sobre essa "ilusão" de que a BNCC foi produzida em um processo democrático somente por considerar que foram realizadas consultas, sejam elas on-line ou por meio de audiências públicas. As autoras, bem como Tarlau e Moeller (2020) e Selles e Oliveira (2022) ainda nos informam, após as primeiras versões, o documento ficou restrito ao meio no qual estava sendo produzido – no CNE – e somente depois foi disponibilizado. A ideia de consenso por filantropia, abordada

por Tarlau e Moeller (2020), parece ter um sentido defensável para muitos, particularmente Maria, quando reconhece que houve genuinamente "participação" docente no debate sobre a BNCC. A armadilha para aceitação parece repousar na estratégia de abertura e suposta participação para o público, utilizada pela rede filantrópica como forma de legitimar a construção desse documento como um processo com amplo envolvimento dos educadores.

CONCLUSÕES

A construção curricular como mercadoria

Analisar cuidadosamente o posicionamento de uma formadora nos instiga a tecer uma reflexão de como as propostas da BNCC foram produzidas e comunicadas à comunidade educacional, falseando um processo democrático que fortalece discursos de culpabilização do professor, como se seu desinteresse tenha sido responsável pelos equívocos identificados em alguns estudos (Rodrigues*, et al*., 2020; Selles e Oliveira, 2022).

Assim, a BNCC como "epicentro" das reformas recentes (Selles e Oliveira, 2022) seria uma normativa curricular passível de ser analisada somente em termos de seu conteúdo, desconsiderando o contexto de sua produção. Nesse sentido, cabe então questionar se a BNCC seria unicamente um documento com "teorias" para serem "identificadas" e realizar uma leitura asséptica, sem considerar o "contexto" no qual esse documento foi produzido, conduzido e homologado em nosso país. O que se ressalta então é justamente esse processo de naturalização conferido à BNCC, aceitando-o tacitamente e o compreendendo – equivocadamente – como um documento construído de forma democrática.

REFERÊNCIAS

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa** – O neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

RODRIGUES, Larissa Zancan; PEREIRA, Beatriz; MOHR, Adriana. O Documento "Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica" (BNCFP): Des Razões para Temer e Contestar a BNCFP. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 20, p. 1-39, 2020. DOI: https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2020u139.

SELLES, Sandra Escovedo; OLIVEIRA, Ana Carolina Pereira de. Ameaças à Disciplina Escolar Biologia no "Novo" Ensino Médio (NEM): Atravessamentos Entre BNCC e BNC-Formação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 22, e.40802, p. 1–34. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2022u13531386. Acesso em: 01 nov. 2023.

TARLAU, Rebeca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11